

Organizações civis de dança: um *zoom* em suas endo e exoestrutura

Marila Velloso¹

Resumo: este estudo verificou como organizações políticas da dança se estruturam a partir dos conceitos de endo e exoestrutura e como estas atuaram no processo de implementação do Sistema Nacional de Cultura. Sublinha a importância destas organizações para a construção de políticas culturais e para o setor específico. O corpus de investigação foram as organizações civis pesquisadas por meio de um questionário com os resultados interpretados por uma abordagem qualitativa. Concluiu-se que a endoestrutura destas organizações requerem fortalecimento e que atuaram sob um viés sistêmico.

Palavras-chave: Dança. Política. Políticas Públicas. Sociedade civil.

Abstract: this study verified how the political dance organizations had been structured through the concept of endo e exostructure, and how these organizations had acted in the implementation process of the National Cultural System. Underlines the importance of these organizations for the construction of cultural policies and for this specific segment. The investigational corpus were the civil organizations researched through a questionnaire with the results interpreted in a qualitative approach. As a conclusion, the organizations's endostructure requires to be strengthened as it can be noticed that they had a systemic action.

Keywords: Dance. Politics. Public Policies. Civil Society.

¹ Coreógrafa, bailarina e produtora de dança paranaense. Professora do Curso de Dança da UNESPAR. Doutora em Artes Cênicas pela UFBA. Atualmente é membro titular do Colegiado Setorial de Dança como representante da Região Macro Sul e membro do Comitê Técnico de Circo, Dança e Teatro do Fundo Nacional de Cultura (2010 – 2011). Cocriadora do Fórum de Dança de Curitiba. A versão completa deste estudo referente a Tese intitulada Dança e Política: organizações civis na construção de políticas públicas podem ser acessados no site www.emove.com.br. Contato: marilaemovimento@hotmail.com.

No percurso evolutivo da dança levantado em pesquisas anteriores e relacionado às Políticas Culturais do País (VELLOZO, 2011) evidenciou-se uma tendência de a área organizar-se a partir de pressões exercidas por agentes externos – componentes, sistemas e interesses vindos do seu entorno, a exemplo do Conselho Federal de Educação Física – Confef e (ou) de iniciativas do poder público federal com a implementação do Sistema Nacional de Cultura, a partir de 2003.

A existência e manutenção de um sistema são dadas pelo conjunto de relações que vinculam seus componentes e que formam a estrutura dele. Segundo Bunge (1979, 2003, 2006), a estrutura de um sistema pode ser dividida em **endoestrutura** – a estrutura interna formada pelo conjunto de vínculos entre os membros e componentes do sistema – e **exoestrutura** – uma espécie de "ponte" entre o sistema e o mundo, o ambiente ou o envoltório dele, onde é formado um conjunto de relações e vínculos estabelecidos entre os componentes internos do sistema e o que existe no ambiente externo a ele.

Os componentes da estrutura interna e externa podem interatuar ou não, dependendo de seus comportamentos – modos de operar – e de seus interesses, valores e motivações, sabendo-se, conforme Bunge (2006), que indivíduos e organizações podem modificar seu ambiente, assim como podem ser modelados pelo comportamento deste último.

Uma estrutura não está desgarrada da outra visto que as formas de pensar e organizar as demandas da estrutura interna de uma organização e o modo de comunicá-las e de atuar em favor delas dizem respeito a um comportamento que compreende a relação entre a endo e a exoestrutura do sistema-organização. Assim como as demandas de uma área artística, a própria criação de uma organização, por exemplo, também emerge dessa interatuação entre as duas estruturas, no conhecimento de seu entorno e na relação com ele.

Ademais, os componentes da estrutura interna de uma organização não se compõem apenas de relações interpessoais, mas também de relações entre outros de seus componentes como entre metodologias e temáticas estudadas.

A lógica utilizada aqui é guiada pela necessidade de checar os componentes e as relações das unidades de análise – organizações civis da dança – e por isso foram selecionados os conceitos de endo e exoestrutura de um sistema para lidar com a tendência mencionada inicialmente e objetivando que este estudo de campo possa potencializar o direcionamento de ações políticas para a expansão e o fortalecimento das estruturas do sistema da dança e das organizações. Também para incentivar a reflexão e o estudo de organizações civis, por acreditar-se que será por meio delas que a construção e a implementação de políticas públicas se efetivarão.

A validade da pesquisa se dá, em especial, em virtude da escassez de estudos e informações sobre a unidade de análise escolhida. E pela urgência e importância de se investigar problemas políticos e econômicos da área – como não ser ainda reconhecida como atividade produtiva que requer autonomia de recursos; não ter ainda programas instituídos com continuidade e específicos das demandas de sua endoestrutura (o que o Plano Nacional de Dança provavelmente será) – para que a dança não permaneça com ações que muitas vezes seguem as necessidades provenientes da endoestrutura de outros segmentos artísticos como o teatro.

Como mote principal desta pesquisa, tomou-se o modo como as organizações têm atuado em relação à proposição do Sistema Nacional de Cultura. Especificamente, o modo como as organizações atuam no processo de implementação do Plano Nacional de Cultura e Planos Setoriais de Cultura, em particular o Plano Nacional de Dança.

O resultado foi obtido a partir do estudo dos dados levantados e coletados por meio de questionários aplicados a uma amostra² composta de uma população constituída por 24 organizações específicas de dança. A opção por este instrumento de pesquisa se deu em função da dispersão geográfica das organizações (Goiânia, Curitiba, Brasília, Salvador, São Paulo (2), Jaraguá do Sul, Belém, Manaus, Recife, Natal, Rio de Janeiro, Campo Grande, João Pessoa), estando a maior parte delas localizadas em diferentes estados da federação, o que dificultaria, por exemplo, a adoção de entrevistas como meio de coleta dos dados.

² Segundo Marconi e Lakatos (2006, p.30) "a amostra é uma parcela convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo".

Tomou-se como recorte temporal para a elaboração das perguntas³ do questionário o período do governo Lula por ter se mostrado propício para uma atuação política e democrática que reverberou na execução de ações e planejamento para as Políticas Culturais do País.

O mapeamento do Itaú Rumos Cultural de 2009, foi tomado como referência por mencionar 45 organizações da sociedade civil que respondem pela dança em 16 estados. Destas, têm-se 32 organizações específicas da área da dança que se reúnem para debater as políticas culturais e atuar nesta seara. Com isso, os 13 questionários⁴ respondidos representam mais de um terço, aproximadamente 41% do número de organizações encontradas no único mapeamento existente sobre este indicador. O que reforça a relevância da amostragem coletada. Contudo, deve-se considerar que existem muitas outras organizações específicas na área, bem como outras organizações que participam de processos de consulta pública e mesmo de debate, mas que não responderam, e até mesmo que não foram contatadas pela pesquisadora.

Na análise a seguir consta apenas parte dos resultados⁵ desta pesquisa em função do formato deste artigo. Esta análise oferece uma visão de determinadas condições e da atuação das organizações no processo de implementação do Sistema Nacional de Cultura. As perguntas foram desenhadas para qualificar a análise em um âmbito mais geral relativa a cada uma das perguntas fechadas e abertas em eixos de informação como os pontuados a seguir:

³ As perguntas do questionário levantaram como essas organizações têm se relacionado a aspectos de suas endo e exoestrutura. Olhar tanto para a endo quanto para a exoestrutura é estratégia para compreender melhor as relações entre uma e outra estrutura, bem como o funcionamento das organizações e da própria área, na sua dimensão política.

⁴ Os resultados reproduzidos em gráficos formato barra tridimensionais foram interpretados obedecendo à abordagem qualitativa, uma vez que, conforme assegura Roesch (1999, p.124), esta "envolve uma instância teórica que, de maneira consciente, procura suspender suposições descuidadas sobre significados compartilhados, mas permanece aberta para perceber a individualidade e os significados múltiplos".

⁵ A pesquisa completa pode ser encontrada na tese intitulada *Dança e política: organizações civis na construção de políticas públicas*, no site www.emove.com.br.

Endoestrutura:

- ♣ **Formato** (Criação da organização, instituição de pessoa jurídica, sede, formato de inserção na sociedade civil, modos de subsistência).
- ♣ **Abrangência e Foco da Organização** (gêneros de dança abarcados; número e perfil dos integrantes, instâncias de poder e temáticas debatidas na organização).
- ♣ **Aspectos metodológicos** (periodicidade das reuniões, formas de comunicação, procedimentos para debates, escolhas e encaminhamentos).

Exoestrutura:

- ♣ **Articulação com o Sistema Nacional de Cultura** (instâncias de poder sobre as quais dialoga, se comunica e se mobiliza; instâncias de participação).
- ♣ **Articulação com o Plano Nacional de Dança e com questões da dança no País** (acesso a consulta pública para elaboração do PND, participação na elaboração do PND, avaliação acerca do diálogo com os representantes dos Colegiados Setoriais, metodologias utilizadas, conhecimento sobre as necessidades e demandas do País e de outras organizações).
- ♣ **Representatividade e legitimidade** (critérios de escolha, espaços onde possui ou elegeu representantes, relacionamento político com grupos de outras áreas, avaliação da atuação política na área e necessidade de Lei específica).

4.1 Análise dos resultados da Endoestrutura

4.1.1 Formato

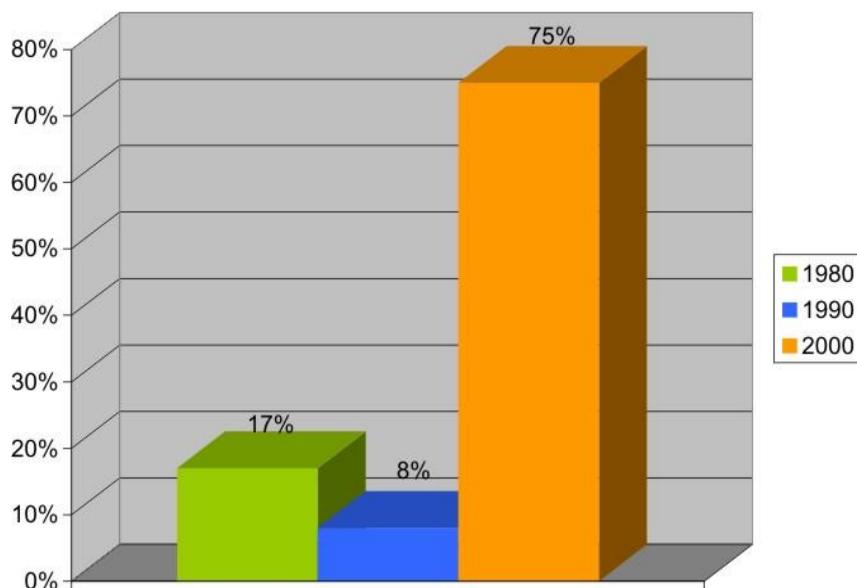


Gráfico 1 - Criação das organizações distribuídas por décadas
Fonte: Pesquisa de campo (2010)

Comparativamente aos períodos anteriores, a leitura destes resultados demonstra que a criação de unidades organizadas foi fortemente ampliada na década de 2000, e esse crescimento pode ser explicado pela pressão gerada pelos agentes externos do ambiente com os quais a exoestrutura da dança teve que lidar: a presença do Confef⁶ na tomada de mercado específico da dança e a proposição de implementação do Sistema Nacional de Cultura, pelo governo federal, quando foram solicitados representantes para participação nas Câmaras Setoriais.

O baixo índice na década de 1990 (8%) pode ser justificado pelo ocorrido com a Cultura e as Artes durante o governo Collor, logo no início da década, inclusive arriscando-se a considerar que a fragilização pela ausência de criação de organizações de dança durante a

⁶ Confef: Conselho Federal de Educação Física.

década possa ter sido um dos motivos que levaram o Confef a querer se apossar do mercado profissional da dança. O alto índice (75%) na década de 2000 também destoa do índice apresentado na década de 1980 (17%).

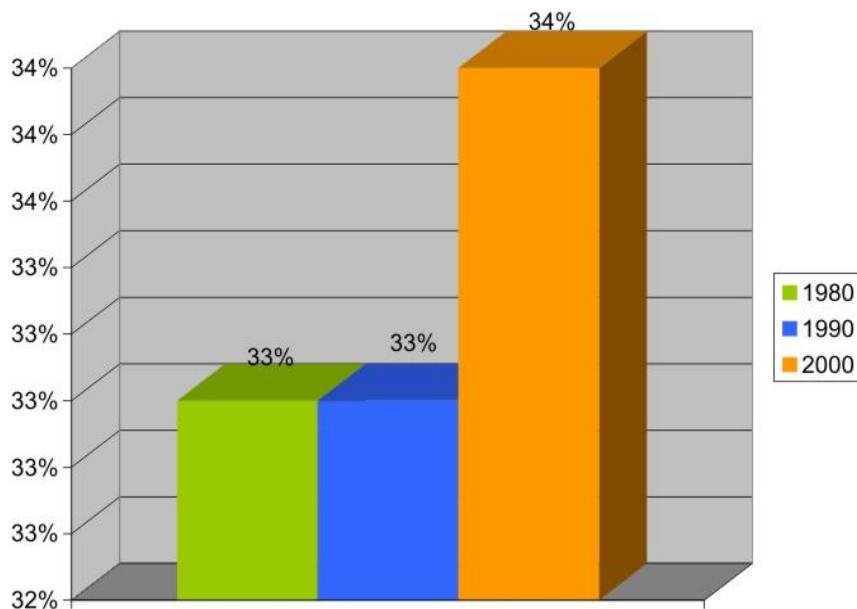


Gráfico 2 - Constituição de pessoa jurídica por década de criação das organizações.

Fonte: Pesquisa de campo (2010)

Os dados mostram que, de modo geral, ao longo das três últimas décadas as organizações criadas se constituíram juridicamente de modo equilibrado não se constatando alterações significativas no número de organizações que optaram por se constituir em pessoas jurídicas.

Segundo o Ministério da Cultura, todos os formatos da sociedade civil são legitimados nos espaços de participação o que não implica, no caso da instância de poder federal, nenhuma restrição na participação política de grupos informais e cidadãos que não estejam configurados como pessoas jurídicas. Contudo, nas esferas de poder municipal e estadual, secretarias de cultura, muitas vezes, aceitam indicações para composição de comissões de lei de incentivo ou de fundo municipal e (ou) estadual de cultura e mesmo para os conselhos de cultura, apenas de pessoas jurídicas da área da cultura. O que se

apresenta como uma restrição na participação para os outros formatos de sociedade civil que devem se filiar a fóruns e sindicatos estabelecidos como pessoa jurídica e que abrangem as outras áreas artísticas como o teatro, o circo, a música, as artes visuais.

No resultado da pergunta aberta, de número 1.9, a respeito das mudanças pelas quais a organização havia passado, das três organizações que responderam, duas haviam passado de fórum instituído como grupo informal para pessoa jurídica no formato de associação. Isso aponta para uma preocupação com o tipo de representatividade que atualmente pode ser abraçado por uma pessoa jurídica e não por uma pessoa física e (ou) grupo informal.

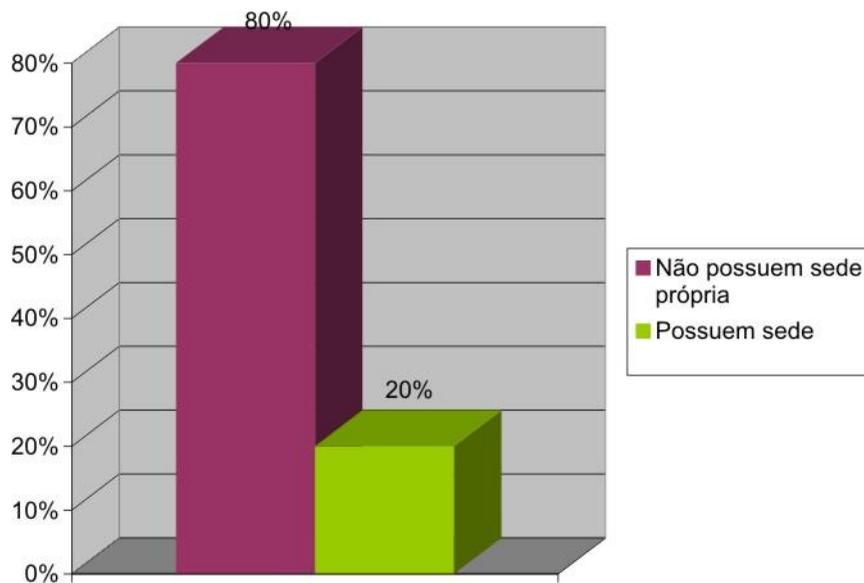


Gráfico 3 - Sede própria
Fonte: Pesquisa de campo (2010)

De sete organizações que responderam, seis delas não possuem espaço ou sede própria. Apenas uma delas respondeu com endereço específico. O que se articula a questão que se segue e aponta que a maioria das organizações não possui sede própria e dependem de apoios institucionais e dos esforços e investimento de seus integrantes.

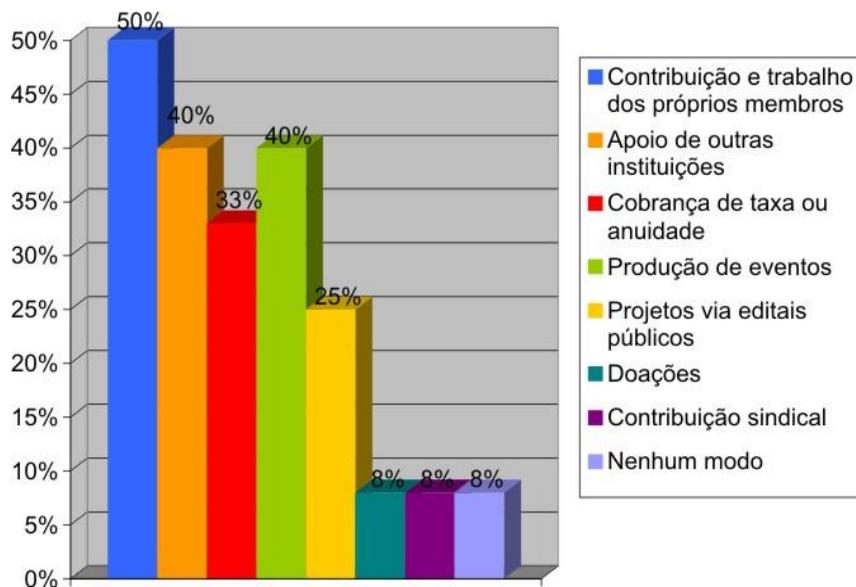


Gráfico 4 - Meios de subsistência da organização (cobrança anuidades, apoio de instituições etc.)

Fonte: Pesquisa de campo (2010)

Algumas organizações responderam a mais de um modo de subsistência conjugando projetos via editais com a produção de eventos e o apoio de outras instituições. A maioria codepende do esforço e da contribuição de seus próprios membros. Com tais respostas, verifica-se dificuldade nas condições para a sobrevivência ao longo do tempo destas organizações. Na maioria das vezes são as pessoas e sua vontade individual que permitem a manutenção das ações e a subsistência da organização.

4.1.2 Abrangência e Foco da Organização

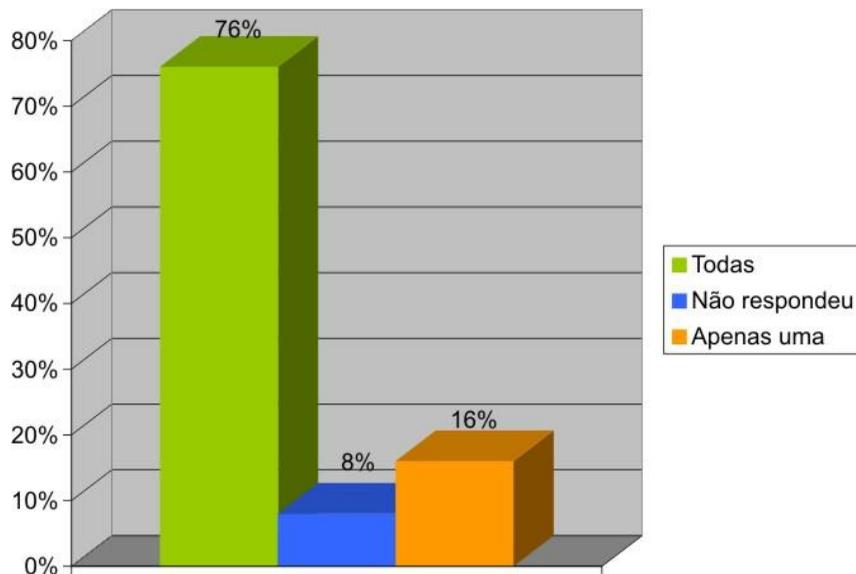


Gráfico 5 - Gêneros de dança das organizações
Fonte: Pesquisa de campo (2010)

É importante observar que os dados obtidos nesta questão refletem um direcionamento mais amplo por parte da maior parte das organizações pesquisadas no que se refere ao âmbito de sua atuação nos diferentes gêneros de dança, uma vez que 76% delas declaram trabalhar com todas as especificidades apontadas, não focando um segmento específico da dança. Esta amplitude de atuação demonstra uma preocupação ampla com as demandas da área ao mesmo tempo que aponta para a diversidade de participantes e interesses contemplados nestas organizações.

Na pergunta aberta em que foi solicitado qual a especificidade de dança quando a organização representava **apenas um** gênero da dança, foram mencionados dança contemporânea (8%) e Dança Popular e Hip Hop (8%). Na solicitação de especificação sobre

outros tipos de dança que a organização abarcava, foram mencionados: dança internacional, folclore de migração, danças folclóricas e todos os gêneros de dança.

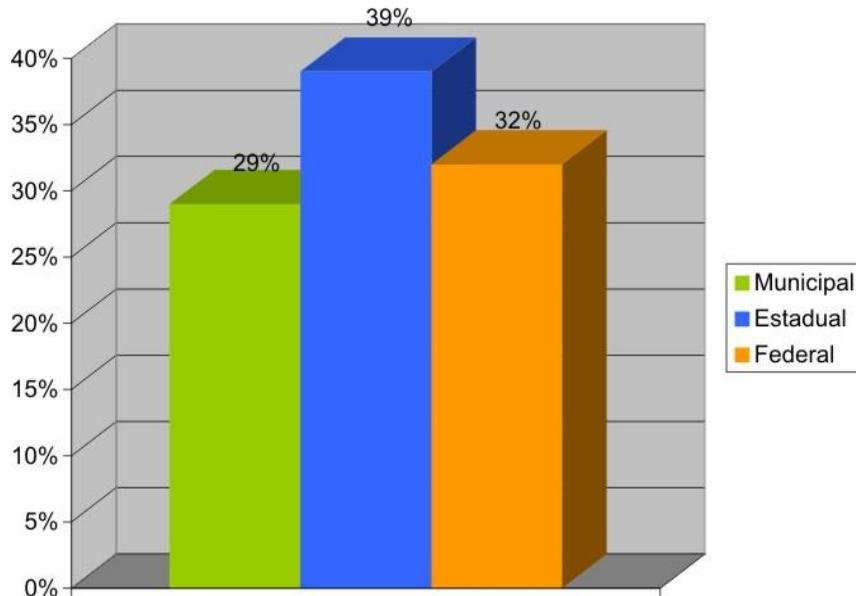


Gráfico 6 - Debate sobre as instâncias de poder
Fonte: Pesquisa de campo (2010)

Com esta questão, buscou-se avaliar quais as instâncias de poder despertam maior necessidade de debates na área da dança, na percepção das organizações. Os percentuais próximos das diferentes esferas (federal, 32%; estadual, 39%; municipal, 29%), embora demonstrem um ligeiro aumento no índice do âmbito estadual que se faz presente em outras respostas ao questionário, mostram um equilíbrio na atuação das organizações em relação aos entes da federação e ao próprio Sistema Nacional de Cultura, que propõe este tipo de relacionamento e articulação. É relevante este indicativo para averiguar como está se dando o diálogo destas organizações com a proposição de implementação do SNC de modo sistêmico, articulado e concomitante entre as distintas instâncias de poder.

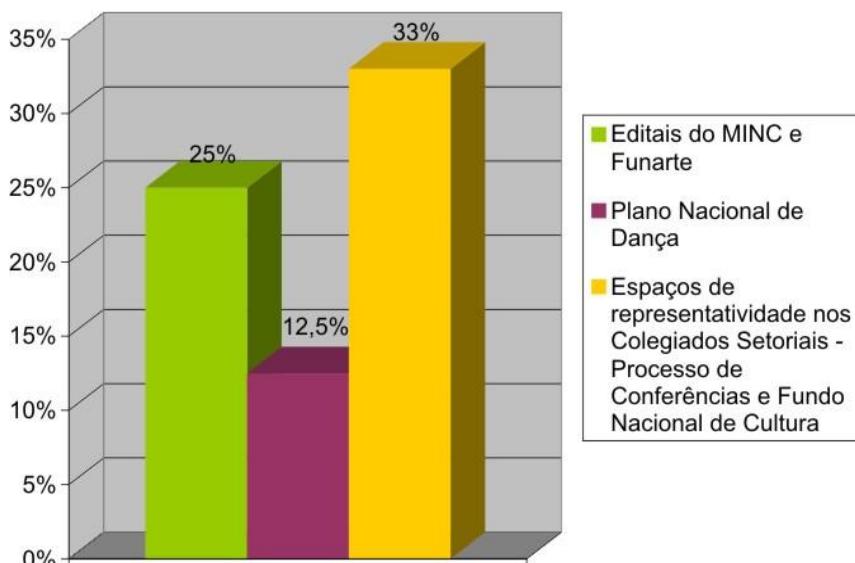


Gráfico 7 - Questões no âmbito federal
Fonte: Pesquisa de campo (2010)

Nas questões debatidas de âmbito federal constam respostas de seis organizações: editais federais MinC e Funarte (03), Plano Nacional de Dança (02), ocupação de espaços de representatividade nos Colegiados Setoriais (04), participação no processo de conferências, Fundo Nacional de Cultura. Esta pergunta foi elaborada também para questões municipais e estaduais.

4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA EXOESTRUTURA

4.2.1 Articulação com o Sistema Nacional de Cultura (instâncias de poder sobre as quais dialoga, se comunica e se mobiliza; instâncias de participação)

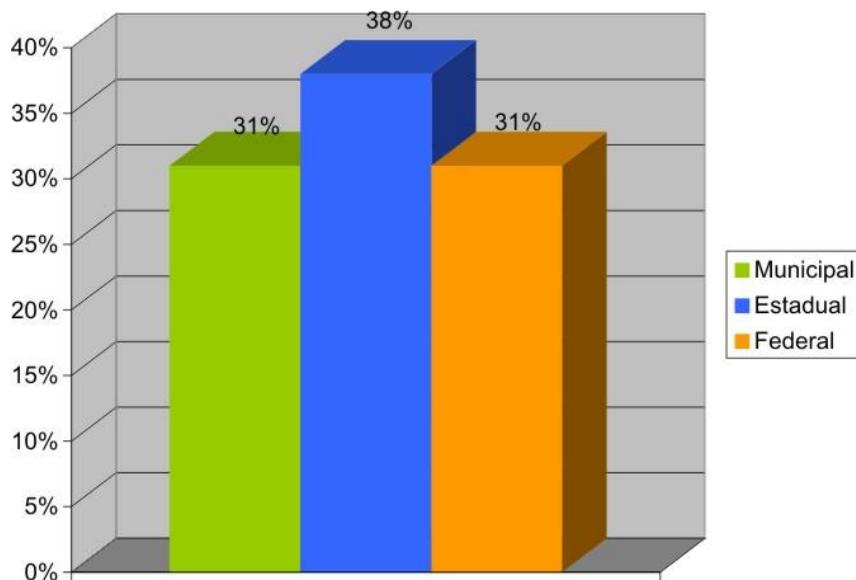


Gráfico 8 - Diálogo com as instâncias
Fonte: Pesquisa de campo (2010)

O diálogo destas organizações com as diferentes esferas de poder ocorre mais frequentemente na instância estadual (38%), embora o poder público federal e o municipal também sejam mencionados por 31% delas. O fato de o maior percentual recair no nível estadual é justificado por outros indicadores levantados, pois as demandas estão mais voltadas a esta instância. É possível que a própria demanda gerada pelo governo federal, que os estados deveriam assinar os Acordos Federativos, tenha impelido os estados a criarem ou reativarem seus conselhos e fundos de cultura, e, com isso, outras discussões se fizeram necessárias. Isso demonstra a eficiência do viés sistêmico proposto na elaboração do SNC, que por si só provoca um desdobramento de ações e demandas nas outras instâncias. Cabe também colocar que, até novembro de 2010, apenas três estados da federação não haviam criado ou reativado seus conselhos estaduais: Minas Gerais, Paraná e Roraima.

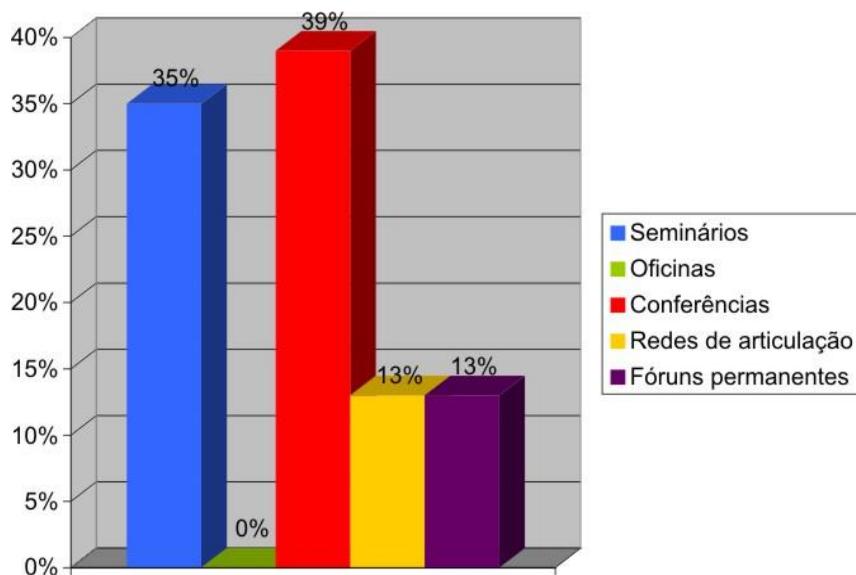


Gráfico 9 - Presença das organizações nos Espaços de Participação promovidos pelo MinC

Fonte: Pesquisa de campo (2010)

A presença das organizações pesquisadas em espaços de participação vinculados ao MinC é mais significativa em Conferências (39%) e Seminários (35%), reforçando a importância da realização desses eventos para a integração dos profissionais da área e qualificação dos debates e consultas públicas. Também as Redes de Articulação e os Fóruns Permanentes foram mencionados, cada item por 13% das organizações pesquisadas, como espaços de participação nos quais estiveram presentes. A I Conferência Pré-Setorial foi mencionada por quatro organizações, que completaram o item aberto. Duas organizações mencionaram ter passado por todo o processo de conferências (municipal, estadual e nacional), o que é um percentual reduzido de participação no processo de conferências de cultura. Ainda foi mencionada a participação no I Encontro da Rede Funarte de Dança por duas das organizações, encontro realizado pela Coordenação de Dança da Funarte, em 2009.

4.2.2 Articulação com o Plano Nacional de Dança e com questões da dança no País (acesso a consulta pública para elaboração do PND, participação na elaboração do PND, avaliação acerca do diálogo com os representantes dos Colegiados Setoriais, metodologias utilizadas, conhecimento sobre as necessidades e demandas do País e de outras organizações)

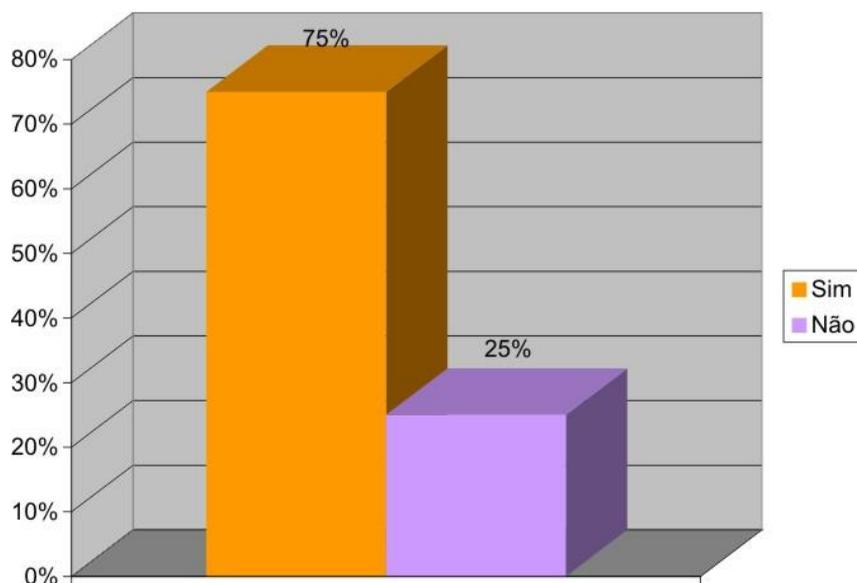


Gráfico 10 - Acesso ao Plano Nacional de Dança
Fonte: Pesquisa de campo (2010)

A maior parte das organizações pesquisadas afirmou ter recebido o PND (85%) para posterior estudo e elaboração de eventuais contribuições e sugestões em seu conteúdo. Destaque-se, contudo, que 25% destas organizações afirmam não ter recebido o mencionado Plano. Das organizações que responderam com mais informações, uma justificou-se não ter recebido o PND, pois se encontrava desmobilizada; três receberam por representantes do Colegiado Setorial; uma, por fórum virtual; uma, na Conferência Nacional de Cultura, e uma, pelo Ministério da Cultura.

4.2.3 Representatividade e Legitimidade

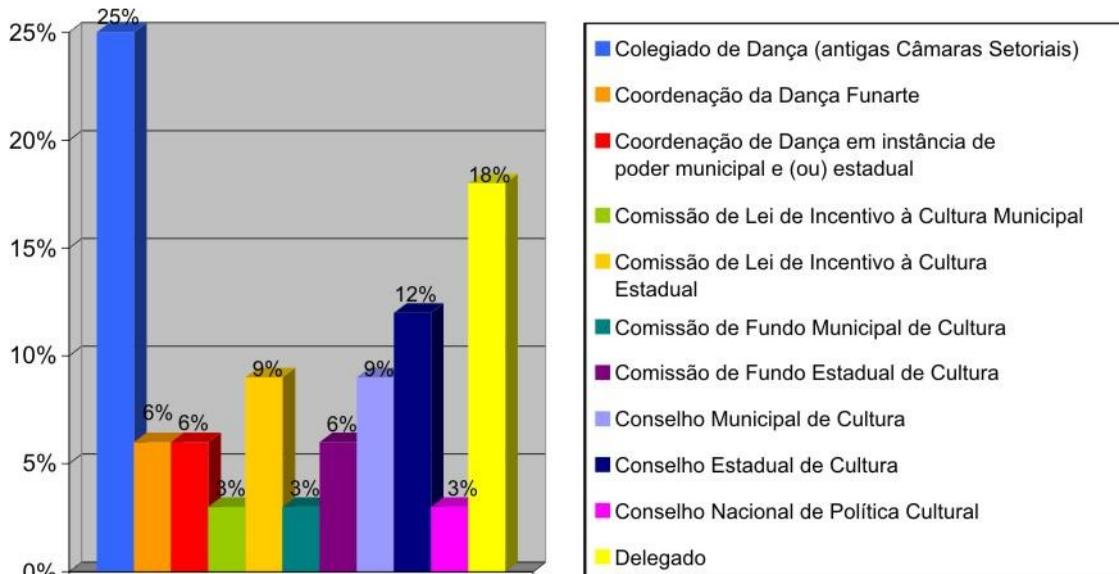


Gráfico 11 - Representação eleita ou indicada pela organização
Fonte: Pesquisa de campo (2010)

Ainda procurando identificar os níveis de participação das organizações pesquisadas nos diferentes espaços voltados à área da dança e o grau de representatividade alcançado, foi indagado a elas se haviam elegido ou indicado representantes em alguma das esferas de poder ou para composição de alguma comissão ou delegação em Conferências. A maior porcentagem das organizações (25%) relatou já ter contado com representantes em Colegiados (antigas Câmaras Setoriais); 18% como Delegados; 12% na Comissão de Fundo Estadual de Cultura; 9% no Conselho Municipal de Cultura; 9% na Comissão de Lei de Incentivo à Cultura Estadual; 6% na Comissão de Fundo Estadual de Cultura; 6% em coordenações de dança vinculadas às esferas de poder municipal e (ou) estadual; 6% na Coordenação de Dança da Funarte; 3% na Comissão do Fundo Municipal de Cultura; e 3% na Comissão de Lei de Incentivo à Cultura Municipal. Diante disso, reitera-se que a atuação e participação política das organizações permitem que elas tenham representantes em distintas esferas; ao mesmo tempo os dados confirmam que muitas

organizações têm atendido às demandas do poder público federal. Contudo, esse nível de representatividade pode ser aumentado nos distintos espaços onde é possível a dança ser representada, a exemplo de secretarias de cultura.

A pesquisa sobre o modo como as organizações pesquisadas têm atuado na construção do SNC apontou que elas encontram-se direcionadas para atender a tal exigência, de ordem sistêmica, pois estão em diálogo com as distintas instâncias de poder discutindo sobre mecanismos como conselhos, leis, fundos e espaços de representatividade. Contudo, necessitando ainda, por indicadores de reduzido número de participantes, pela informalidade dos apoios, e pelo indicador que aponta para a necessidade de continuidade nos encontros e debates, fortalecer suas endoestruturas para a continuidade no tempo e para o aumento de seus integrantes e melhores condições de subsistência.

As organizações tratadas aqui podem ser consideradas como sistemas de coexistência de pessoas e grupos com alguns interesses em comum, por mais que os indivíduos tenham interesses distintos. Por isso, exigem um mínimo de cooperação, um engajamento em conjunto de atividades e objetivos para funcionar a favor dos interesses da organização e da área a que destinam seus esforços. A atuação em um coletivo gera responsabilidades, isto é, propriedades associadas, pelas próprias relações sociais inerentes a se organizar em grupo, e, que quando esquecidas, podem ser confundidas com relações privadas e prejudicar todo um planejamento e organização política.

Qualquer profissional, quer artista da dança, quer professor, necessita ter um mínimo de preocupação com o âmbito de atuação de sua área profissional. E isso requer um conhecimento das condições políticas e econômicas. E, conforme visto são essas organizações entre algumas outras, que estão participando politicamente no sistema da cultura, dos últimos anos. É a relação entre os agentes políticos e essas organizações que cria a estrutura de um sistema político para a área da dança. Para os autores Dahl (2009), Sen (2009) e Bunge (1979), compõem um sistema político os agentes participativos, os membros ativos, os cidadãos de uma sociedade que têm direitos políticos – acesso a informação, participação em debates públicos, conhecimento para argumentar etc. – e responsabilidades.

Com esta pesquisa quer-se contribuir para o reconhecimento da existência desse tipo de atuação na área, a política; propiciar um registro – mesmo que limitado pelo próprio recorte e pela metodologia – com o objetivo de chamar a atenção para ações que têm contribuído para a construção das políticas públicas da cultura e da dança, e que ficam, muitas vezes, relegadas a um nível de informalidade que não colabora para a legitimação dessas organizações. E despertar interesse para esse campo de estudo.

REFERÊNCIAS

BUNGE, Mario Augusto. Treatise on basic philosophy: ontology II: a world of systems. Dordrecht/Holland, Boston/USA: D. Reidel Publishing Company, 1979. v.4.

_____. Emergence and convergence: qualitative novelty and the unity of knowledge. Toronto: University of Toronto, 2003.

_____. Dicionário de filosofia. São Paulo: Perspectiva, 2006.

_____. Political Philosophy: fact, fiction and vision. New Jersey: Transaction Publishers, 2009.

DAHL, Robert Alan. Sobre a democracia. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1993.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SOBRAL, Sonia. Introdução. In: BRITTO, Fabiana Dultra (Org.). Cartografia da dança: criadores/intérpretes brasileiros. São Paulo: Itaú Cultural, 2001.

Teses

VELLOZO, Marila Annibelli. Dança e Política: organizações civis na construção de políticas públicas. 2011. 383 p. Tese (Doutorado em Artes Cênicas) – Universidade Federal da Bahia (UFBA/BA), Salvador, 2011.